

**RESOLUÇÃO Nº 01, DE 15 DE JUNHO DE 2020.**

**“Dispõe sobre a regulamentação de normas aplicáveis pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, para autorizar os procedimentos inerentes a processos destinados a limpeza e roçada de terrenos, como também, os meios legais, necessários à supressão da vegetação nativa e corte de árvores isolados, em áreas urbanas, e dá outras providências.”**

O Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.698, de 13 de fevereiro de 2007, e ainda, com fulcro na legislação vigente, sendo: Leis Federais nºs 11.428/2006, 12.305/2010, 12.651/12, Decreto Federal nº 6.660/2008, Lei Municipal nº 4.107/18, Resoluções CONAMA nºs 04/1994 e 307/2002 e Resolução CONSEMA nº 128/2019, Instrução Normativa IMA/SC nº 57 e Instrução Normativa IMA/SC nº 24, e considerando o relevante interesse público, e

Considerando que a Lei nº 14.675/2009 estabelece no art. 2º que compete ao Poder Público Estadual e Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora;

Considerando que a atividade de corte ou supressão de vegetação, independentemente do tipo de vegetação e do estágio sucessional ou de desenvolvimento que se encontre, deverá ser autorizada pelo órgão ambiental competente;

Considerando a necessidade de se padronizar os procedimentos dos pedidos de limpeza e roçada de terreno, bem como definir os critérios dessas atividades;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A presente Resolução estabelece normas para a tramitação de processos destinados à autorização de limpeza e roçada de terrenos, bem como orienta quanto ao pedido de supressão da vegetação nativa em área urbana (IN-24 – IMA) e o corte de árvores isoladas em área urbana (IN-57 – IMA), observadas as demais disposições legais pertinentes.

**Art. 2º** Para efeito desta Resolução serão adotadas as seguintes definições:

**I – Uso Alternativo do Solo:** substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana, nos termos da Lei nº 12.651/12, art. 3º, VI.

**II – Árvore Morta:** em condições fitossanitárias debilitadas, comprometendo a condução de seiva bruta e elaborada por todo o vegetal, resultando em galhos e tronco secos; raízes e base apodrecidas; doenças como líquens e fungos; ou pragas, como cupins e brocas.

**III – Limpeza de terreno:** retirada de lixo/entulhos e resíduos diversos oriundos de diversas atividades urbanas e/ou da construção civil (Resíduo da Construção Civil – RCC, ou Resíduo da Construção e Demolição - RCD) de terreno urbano. Não há previsão de corte de vegetação em qualquer estágio de crescimento.

**IV – Roçada de terreno:** procedimento de corte e retirada de vegetação predominantemente composta por gramíneas ou ciperáceas, semelhantes a grama, ou maior, como os vários tipos de capim. Pode ser realizada de forma manual ou mecanizada. Não há previsão de corte de espécies lenhosas.

**V – Bosqueamento:** retirada da vegetação de sub-bosque do fragmento florestal. Vegetação de sub-bosque: vegetação arbustiva/subarbustiva e rasteira que cresce abaixo do dossel do fragmento florestal, originando nichos ecológicos vitais à manutenção do ecossistema a que pertence. Sua retirada, a prática de bosqueamento, é proibida sem a devida autorização de corte (AuC).

**VI – Supressão de vegetação:** retirada de vegetação arbórea/arbustiva isolada ou de fragmento florestal, para uso alternativo do solo. Prevê estudos de acordo com a necessidade da supressão, corroborando as Instruções Normativas elaboradas pelo IMA (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina).

**VII – Destinação final ambientalmente adequada:** destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos; distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

**VIII – Exemplos arbóreos nativos isolados:** aqueles situados fora de fisionomias vegetais nativas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados. Não é possível identificar a presença de estratos, não há acúmulo significativo de serrapilheira, nem diversidade de epífitas ou presença de lianas lenhosas, não permitindo o enquadramento técnico como fragmento florestal nativo, independentemente de número e espécies em sua composição.

**IX – Floresta:** conjunto de sinúsias dominados por fanerófitos de alto porte, apresentando quatro estratos bem definidos: herbáceo, arbustivo, arboreta e arbórea.

**Art. 3º** São considerados Instrumentos Legais dos processos de corte, supressão e poda:

**I** – Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro 1998; e dá outras providências.

**II** – Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

**III** – Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

**IV** – Lei Municipal nº 4.107, de 19 de março de 2018, que dispõe sobre as Normas de Arborização Urbana no âmbito do Município de Balneário Camboriú e dá outras providências.

**V** – Resolução CONAMA nº 4, de 04 de maio de 1994, que define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no estado de Santa Catarina.

**VI** – Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

**VII** – Resolução CONSEMA nº 128, de 08 de março de 2019, que reconhece outras ações e atividades consideradas como eventuais e de baixo impacto ambiental, de acordo com Art. 3º, inciso X, alínea “k”, da Lei nº 12.651/2012.

**VIII** – Instrução Normativa IMA/SC nº 57 - Corte de árvores isoladas.

**IX** – Instrução Normativa IMA/SC nº 24 - Supressão de vegetação nativa em área urbana.

**Art. 4º** A supressão de árvores nativas está condicionada à obtenção de autorização, a qual será dada pelo órgão ambiental competente ou pela Secretaria do Meio Ambiente.

**Art. 5º** A solicitação para corte/supressão será efetuada com base nas Instruções Normativas 24 e 57 do IMA/SC, em processo administrativo protocolado digitalmente no site da Prefeitura, acompanhado dos documentos necessários relacionados nas respectivas INs.

**Art. 6º** Quando a atividade/empreendimentos necessitar ser submetido ao licenciamento ambiental, a emissão para a autorização de corte será de responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente de SC (IMA).

**Art. 7º** As solicitações de autorização de Limpeza de Terreno e Roçada de Terreno serão efetuadas mediante requerimento próprio (Anexo 1) e exigirá a apresentação da seguinte documentação:

**I** – Requerimento de Limpeza de terreno e roçada de terreno, conforme modelo disponível no anexo 1.

**II** – Cópia do CPF e RG do proprietário ou de seu procurador, quando houver. Caso o proprietário do imóvel seja pessoa jurídica, cópia da última alteração do Contrato Social e CNPJ.

**III** – Procuração, quando o interessado for representado por terceiros, ou termo de inventariante, quando se tratar de representação de espólio.

**IV** – Certidão de Teor da Matrícula do imóvel, fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

**V** – Identificação do DIC do imóvel e seu zoneamento.

**Art. 8º** Os modelos de Requerimento constantes na forma de Anexos 1, 2 e 3 são partes integrantes desta Resolução.

**Art. 9º** Poderão ser avocadas a qualquer tempo, e ao exclusivo critério da Secretária do Meio Ambiente – SEMAM, as competências delegadas nesta Resolução.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 15 de junho de 2020, 171º da Fundação, 55º da Emancipação.

**MARIA HELOÍSA BEATRIZ CARDOSO FURTADO LENZI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO 1**

**Modelo de Requerimento de Limpeza de terreno e roçada de terreno**

À

Secretaria do Meio Ambiente

O(a) requerente abaixo identificado solicita a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Balneário Camboriú a análise dos documentos, projetos e estudos ambientais, anexos, com vistas a obtenção de autorização de Limpeza de terreno, roçada de terreno e Bosqueamento com base nas informações e documentos fornecidos, sob os quais o requerente assume total responsabilidade.

**1. Identificação**

**1.1. Requerente (Caso trate de dois ou mais proprietários, deverão ser fornecidas as informações abaixo para cada um dos proprietários ou anexada procuração para apenas um representá-los).**

PROPRIETÁRIO:					
CNPJ/CPF:				DDD	e
		TELEFONE:			
RG:		DATA EXPEDIÇÃO:		ÓRGÃO EXPEDIDOR:	
ENDEREÇO/LOGRADOURO:					
CEP:		BAIRRO:		MUNICÍPIO:	
RESPONSÁVEL DO TRÂMITE:				TELEFONE:	
				EMAIL:	

**1.2 Imóvel**

NOME:					
ENDEREÇO/LOGRADOURO:					
CEP:		BAIRRO:		MUNICÍPIO:	
ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (m²):				MATRÍCULA/OF:	
ACFMP (m²)(se houver)				IPTU / IC	

**2. Assinatura**

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Requerente

**ANEXO 2**  
**Modelo de Requerimento de Supressão de Vegetação (IN 24)**

À  
Secretaria do Meio Ambiente

O(a) requerente abaixo identificado(a), solicita à Secretaria do Meio Ambiente, autorização para Supressão de Vegetação Nativa em Área Urbana, com base nas informações e documentos fornecidos, sob as quais o(a) requerente assume total responsabilidade.

**Dados Pessoais do(a) Requerente**

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ DATA EXPEDIÇÃO: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EXPEDIDOR: \_\_\_\_\_  
CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_  
Endereço do(a) Requerente: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_  
COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ DDD: \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

**Dados do Empreendimento**

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_  
CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_  
Endereço do Empreendimento  
CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_  
COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: SC TELEFONE: \_\_\_\_\_

ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE: \_\_\_\_\_ hectares ou metros<sup>2</sup>

Dados de confirmação das coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM) no sistema geodésico (DATUM) SIRGAS 2000, de um ponto no local de intervenção.

LOCALIZAÇÃO: Latitude(S) g: \_\_\_\_\_ m: \_\_\_\_\_ S: \_\_\_\_\_ Longitude(W) g: \_\_\_\_\_ m: \_\_\_\_\_ s: \_\_\_\_\_  
COORDENADAS UTM

COORDENADAS UTM x: \_\_\_\_\_ y: \_\_\_\_\_

**Justificativa:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Assinatura**

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

NOME/ASSINATURA DO(A) REQUERENTE: \_\_\_\_\_

**ANEXO 3**

**Modelo de Requerimento de Supressão de Árvores Isoladas (IN 57)**

À

Secretaria do Meio Ambiente

O(a) requerente abaixo identificado(a) solicita à Secretaria do Meio Ambiente de Balneário Camboriú autorização para corte de árvores isoladas em área urbana, com base nas informações e documentos fornecidos, sob as quais o(a) requerente assume total responsabilidade.

**Dados Pessoais do(a) Requerente**

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ DATA EXPEDIÇÃO: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EXPEDIDOR: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

**Endereço do(a) Requerente**

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: SC FONE: \_\_\_\_\_

**Dados do Empreendimento**

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

**Endereço do Empreendimento**

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: SC FONE: \_\_\_\_\_

ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE: hectares ou metros<sup>2</sup>

**Dados de confirmação das coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM) no sistema geodésico (DATUM) SIRGAS 2000, de um ponto no local de intervenção.**

LOCALIZAÇÃO: Latitude(S) g: \_\_\_\_\_ m: \_\_\_\_\_ S: \_\_\_\_\_ Longitude(W) g: \_\_\_\_\_ m: \_\_\_\_\_ s: \_\_\_\_\_

COORDENADAS UTM x

**Justificativa:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Assinatura**

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

NOME/ASSINATURA DO(A) REQUERENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_